



O QUE MUDOU NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA SOCIAL? TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

Jorge Rafael Ramirez Shupingahua¹

Resumo

Neste artigo buscamos desenvolver uma análise do trabalho e suas implicações políticas a partir da teoria social. Propomos uma revisita ao tema da centralidade e descentralização do trabalho como categoria sociológica e fato organizador da vida social. Procuramos analisar os elementos que caracterizam a forma moderna de trabalho, bem como refletir sobre as transformações contemporâneas nas práticas de valorização da riqueza. Estabelecemos tal debate com base, principalmente, nas contribuições de Moishe Postone e Robert Kurz.

Palavras-Chave: Trabalho. Política. Moishe Postone. Robert Kurz.

1 INTRODUÇÃO

A teoria crítica de Karl Marx sobre a natureza do capitalismo é reinterpretada de maneira muito peculiar por autores como Moishe Postone e Robert Kurz. Ambos constroem uma crítica ao marxismo tradicional da velha esquerda e oferecem uma explicação sobre a formação social capitalista, cujo foco é deslocado da reflexão referente à “*mais-valia*” para uma análise crítica do “*valor*”.

Tendo como propósito demonstrar as contradições internas intrínsecas à reprodução do modo de produção capitalista, essencialmente a necessidade de aumentar seu capital constante e de eliminar trabalho vivo, que aos poucos vai tornando-se anacrônico, embora continue sendo medida de toda riqueza, esses autores vão afirmar que a pretensão de reduzir o trabalho direto a um mínimo é hoje uma possibilidade histórica.

A discussão referente à redução cada vez maior e acelerada do trabalho vivo no modo de produção capitalista é apresentada por diversos autores, como é o caso de Gorz (1982), Offe (1989), Russel (2002) e, no Brasil, entre outros, Antunes (1995).

O propósito deste artigo é apresentar parte das discussões teóricas em torno do “*valor*” e da possibilidade do fim do trabalho assalariado, bem como entender de que maneira Postone e Kurz tratam do assunto, procurando, assim, destacar o que esses autores trazem de novo e as indagações que suas propostas teóricas suscitam.

2 FIM DO TRABALHO ASSALARIADO E A SUPERAÇÃO DO CAPITALISMO

Em 1935, sob o título de *O elogio ao ócio*, Russell (2002) reuniu vários artigos, nos quais afirmou que as possibilidades abertas pelos modernos métodos de produção poderiam levar a instituição de uma jornada de trabalho de quatro horas, sem redução de salários e sem extinção de postos de trabalho. A tese de Russell foi construída a partir da perspectiva que o ócio, e não o trabalho, deveria ser o objetivo da vida. Para ele a diversão, a busca por conhecimento e o lazer, deveriam substituir o trabalho enquanto atividade dignificante e, no seu entendimento, tal propósito já poderia ser concretizado pelo desenvolvimento das novas tecnologias; trabalhando menos, os homens poderiam se dedicar mais a educação e a arte.

Apesar dos seus ideais e perspectivas, Russel lamentava o fato de que as novas tecnologias computacionais e da informação, em vez de aumentar a possibilidade de lazer,

¹ joramirez4@gmail.com - Mestrando em Universidade Estadual de Londrina (UEL).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

estavam criando mais trabalho para os que tinham emprego e um ócio forçado para os desempregados.

Na visão de Russell, se o assalariado trabalhasse menos haveria riqueza para todos e não existiria desemprego, pois pequena parte da capacidade de trabalho do mundo moderno seria suficiente para que a população desfrutasse de um nível de conforto satisfatório. Entendia que era preciso por fim a apologia do trabalho, pois *“a moral do trabalho é uma moral de escravos, e o mundo moderno não precisa de escravidão”* (Russell, 2002, p.27).

Em nenhum momento os argumentos de Russell a favor da *“preguiça”*, semelhante ao que já havia feito Paul Lafargue, consideraram a alternativa do fim do trabalho assalariado, pelo contrário, a redução da jornada, na opinião desse autor, era condição para que a maioria se assalariasse.

Embora considerasse a si mesmo um socialista, Russel não tecia nenhuma crítica à produção de *“valor”*, ao trabalho abstrato e a alienação na sociedade capitalista. O máximo que almejava era uma sociedade que realizasse uma melhor distribuição dos bens e das tarefas, mas que continuasse produtora de mercadorias. Para ele, a possibilidade de eliminar trabalho, devido ao desenvolvimento tecnológico, não significava defender o fim da produção de valor. A própria noção de lazer a que se referia, só fazia sentido numa sociedade na qual o trabalho fosse uma instituição apartada das demais.

Tratando acerca da possibilidade de abolição do trabalho assalariado, é que Gorz (1982) irá escrever sobre o *“fim do proletariado”*. Em sua exposição, analisa o fato de o trabalho ter se tornado sinônimo de emprego na sociedade moderna. Assim, a atividade laborativa passou a ser percebida enquanto venda de tempo, cuja tarefa pouco importa, pois é apenas um meio de ganhar dinheiro/salário.

Segundo Gorz, uma futura esquerda deverá empenhar-se pela abolição do trabalho. Acreditava que esse processo já estava em curso, porém, afirmava que, ao contrário de contribuir para liberdade dos homens, estava se instalando no lugar da *“sociedade do trabalho”* uma *“sociedade do desemprego”*, em vez de uma *“sociedade do tempo liberado”*.

Gorz criticava a pretensão de gestão social da abolição do trabalho, que apela para que o Estado assuma responsabilidades, gerando um assalariamento sem trabalho. Ao contrário, considerava que uma defesa de esquerda deveria ser quanto ao direito à autoprodução de valores de uso como uma forma de superar a lógica capitalista, o assalariamento e as relações de mercado. Pensava que o fim do trabalho *“é um objetivo central para aqueles que acham que seu trabalho jamais poderá constituir uma fonte de realização pessoal”* (Gorz, 1982, p.16), quer dizer, aqueles que não se sentem pertencer à classe trabalhadora.

A essa camada que vive o trabalho como uma obrigação externa pela qual “perde-se a vida ganhando-a”, eu chamo de “não classe” de “não-trabalhadores”: seu objetivo não é a apropriação, mas a abolição do trabalho e do trabalhador. E é por isso que ela não é portadora do futuro... sua manifesta incapacidade de tomar o poder não prova nem que a classe operária seja capaz de tomá-lo nem que o poder deva ser tomado, ao invés de reduzido e controlado, senão abolido (GORZ, 1982, p.17).

Gorz propõe que o foco da futura esquerda seja a redução da jornada de trabalho. Para ele a *“moral socialista”*, quando exige que o indivíduo se dedique e identifique-se com o seu trabalho, acaba desembocando na velha ontologização burguesa que positiva o trabalho. Defendia que os homens precisam se recusar a serem somente trabalhadores, e isso significa *“a negação da ordem, do poder, do sistema social, em nome do direito de cada um sobre sua própria vida”* (Gorz, 1982, p.20). Na sua visão, a busca desse direito vem



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

sendo exigida pelos movimentos sociais nascentes, mas *“sua realização... supõe uma ação política”* (Gorz, 1982, p.22).

Gorz considerava ultrapassadas as proposições de Marx, pois nelas a classe operária seria o fundamento da superação da sociedade capitalista. No lugar do que considera *“a classe de Marx”*, propôs outro agente transformador, que seria a *“não classe”*, produto da decomposição da sociedade fundada no trabalho. Esse *“neoproletariado pós-industrial”*, caracterizado por uma condição de intensa precariedade, se coloca enquanto sujeito, justamente pela recusa do trabalho, isso é, pela recusa de um trabalho percebido como negação.

Essa não-classe, diferentemente da classe operária, não é produzida pelo capitalismo e marcada pelo selo das relações capitalistas de produção; ela é produzida pela crise do capitalismo e pela dissolução, sob efeito de técnicas produtivas novas, das relações sociais de produção capitalista... e tem, sobre a classe operária de Marx, a vantagem de ser, de uma só vez, consciente dela mesma, ou seja, tem uma existência indissoluvelmente objetiva e subjetiva; coletiva e individual (GORZ, 1982, p.87).

Segundo Gorz, a negação do trabalho passou a ser objetivamente possível, a partir do momento em que a evolução tecnológica permitiu que uma quantidade cada vez menor de trabalho fosse necessária a reprodução de uma sociedade viável, ou seja, *“o desenvolvimento das forças produtivas - findou por tornar o trabalho virtualmente supérfluo”* (Gorz, 1982, p.93). No entanto, afirma que o surgimento de uma nova formação que supere a racionalidade produtivista capitalista só será possível quando a *“não-classe”* entrar numa intensa e permanente luta política, o que não significa, na sua perspectiva, luta pelo poder.

Embora a análise de Gorz considerasse que a evolução tecnológica levaria a redução do trabalho vivo, quando se voltava a pensar em termos de superação da sociedade capitalista, não assumia esse dado objetivo como um fator determinante. Diferentemente do que veremos mais adiante, em Postone e Kurz, Gorz não produziu uma crítica do *“valor”*, mas tão somente enfatizou que a futura esquerda precisava dedicar-se a uma nova ação política, atribuindo grande importância aos elementos subjetivos, à consciência e a ação do que chama de *“não-classe”*, formada por aqueles que negam o trabalho.

Com o propósito de criticar Gorz, Antunes (1995) considera que, embora esteja havendo uma retração do operariado da era fordista, o trabalho continua a ser o elemento estruturante de muitas formas de sociabilidade. Todavia, nos dias de hoje, a classe trabalhadora, além de expandir-se, adquiriu outras características.

a tendência apontada por Marx ... deixa evidenciado que, enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora do valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais intelectualizada do trabalho social, mais qualificado (ANTUNES, 1995, p. 50).

Para Antunes, o que estamos vivendo é uma complexidade, heterogeneidade e fragmentação ainda maior da *“classe-que-vive-do-trabalho”*; o que o faz concluir, diferentemente de Gorz, que não há por que falar em fim da classe trabalhadora numa sociedade produtora de mercadorias. O aumento crescente do *“capital constante”* em relação ao *“capital variável”*, *“reduz relativamente, mas não elimina o papel do trabalho coletivo na produção de valores no processo produtivo. Bem como a redução do trabalho manual direto e a ampliação do trabalho mais intelectualizado não negam a lei do valor”* (Antunes, 1995, p.76).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

As considerações de Antunes reiteram a noção de classe trabalhadora como uma categoria explicativa central. Aponta para a contradição do capital, que procura eliminar o trabalho, elemento criador do “valor”, mas não tira daí nenhuma conclusão de que a classe trabalhadora tenha deixado de ser o sujeito central da transformação da ordem capitalista, distanciando-se, assim, da idéia de “*não-classe*” de Gorz e, inclusive, devido a ênfase dada ao papel explicativo e político da classe trabalhadora, das noções de Kurz e Postone.

Os estudos de Offe (1989) também procuram analisar o presente e o futuro da “*sociedade do trabalho*”. De acordo com ele, o trabalho assalariado foi o mecanismo pelo qual se estabeleceram as formas fundamentais de conflito e integração social na sociedade moderna e a atual ampliação do desemprego está minando as bases desse modelo. A exclusão em massa tem se tornando um fenômeno de escala global, colocando em xeque não apenas o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, mas a própria regulação estatal e os princípios fundamentais da organização das instituições modernas. Offe afirma que, nos anos 1970, as taxas de crescimento da produtividade do trabalho estavam acima das taxas da produção, tendo como consequência,

que a força de trabalho liberada pelo progresso técnico não mais pode ser absorvida pela expansão de produção... A mudança técnica torna-se a fonte do desemprego. Enquanto a escolha da técnica permanecer no âmbito das decisões dos empresários, o desemprego gerado pela tecnologia é uma consequência concomitante as sociedades capitalistas (OFFE, 1989, p.92).

Offe, ao contrário dos autores anteriormente citados, não reflete sobre a relação entre a redução de trabalho vivo, permitida pelo desenvolvimento tecnológico, e a possibilidade de superação de uma sociedade do trabalho assalariado. Pelo contrário, é saudosista em relação à responsabilidade pelo pleno emprego assumida, anteriormente, pelos Estados europeus, e supõe como solução para o que chama de “*crise da sociedade do trabalho*”, uma política reguladora da parte do Estado, que “*consiste na construção ou no licenciamento de formas de atividades situadas fora do mercado de trabalho*” (Offe, 1989, p.103).

Essa breve reflexão sobre alguns dos autores que tratam da temática da redução ou eliminação do trabalho assalariado, permite perceber o quanto é diversa a forma de lidar com a questão. Alguns desses teóricos consideram o fato frente à possibilidade de superação da sociedade capitalista, enquanto outros pensam apenas na sua remodelação, mas todos têm como referência contextos, ações e vontades que anunciam o novo.

Veremos, a seguir, o quanto esses enunciados aproximam-se e, ao mesmo tempo, se diferem daqueles propostos por Postone e Kurz, tanto no que se refere à crítica da formação social capitalista, quanto à possibilidade do seu “*colapso*”.

3 FIM DO TRABALHO PRODUTOR DE VALOR E A CRISE DO CAPITAL

A reinterpretação da análise de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo e sua superação socialista, realizada por Postone e Kurz, propõe uma crítica ao marxismo tradicional e elabora outra análise da formação social capitalista. Segundo Postone (1978, 1993), a interpretação desse marxismo, ao dedicar pouca consideração ao modo de produção, tornou-se incapaz de realizar uma crítica ao processo industrial.

A crítica histórica adequada da totalidade social determinada pelo capital deveria mostrar que o modo de produção industrial, de base proletária, também pode ser superado. Isso permitiria um exame crítico da relação que as pessoas têm com seu trabalho, bem como da relação entre humanidade e natureza, enquanto mediada pelo processo de produção - duas áreas cruciais que não podem ser adequadamente abordadas por uma teoria cuja principal preocupação é a transformação do modo de distribuição no qual o modo industrial de produção é



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

hipostasiado... a crítica histórica adequada coloca a questão da produção alienada no centro de sua investigação (POSTONE, 1978, p.3).

O marxismo tradicional, na visão desse autor, enfatiza apenas transformações no modo de distribuição e coloca o modo de produção industrial como independente do capital. Segundo Postone, a verdadeira crítica marxiana ao capitalismo deveria partir da análise do trabalho social. Em Marx, o “valor” aparece como o fundamento da produção burguesa, e a produção baseado no “valor” e o modo de produção fundamentado no trabalho assalariado estão diretamente relacionados. Postone afirma que, na visão de Marx, a superação do capitalismo tem de por fim a produção baseada no “valor”, como forma social de riqueza. A superação do modo de produção fundamentado no trabalho assalariado inclui a negação do trabalho concreto realizado pelo proletariado, trabalho que é em si mesmo alienante e criador de capital, “o pressuposto da auto-abolição do proletariado é a abolição do trabalho material que ele faz” (Postone, 1978, p.6).

Na versão de Postone, a formação social baseada no trabalho assalariado criou a possibilidade de superação do trabalho humano direto como elemento do processo de produção, o que já era indicado por Marx, quando considerava que o desenvolvimento integral dos homens só poderia ocorrer quando deixasse o ser humano de fazer um trabalho que poderia ser realizado por uma “coisa”. Assim, a superação do “valor” e da “mais-valia”, categorias de um modo de produção historicamente particular, inclui a abolição do trabalho concreto produtor de mercadorias.

A preocupação de Postone está em afirmar que a crítica essencial de Marx propunha evidenciar que a “mais-valia” é produzida por um processo de trabalho específico² e que, portanto, qualquer superação desse modelo deverá mudar o princípio da própria produção que, então, terá de ser motivada pelo “valor de uso”. De acordo com Postone, isso é uma possibilidade histórica, pois o capitalismo está tornando cada vez mais obsoleta uma organização da produção baseada no tempo de trabalho direto. O aumento da produtividade é um indicativo de que o trabalho proletário poderá vir a ser abolido, mas adverte Postone, “*embora o capitalismo tenda a desenvolver poderosas forças produtivas... ele não pode permitir que elas realizem-se integralmente, na medida que a única forma de riqueza de que o capital pode se apropriar é criada pelo trabalho humano direto*” (Postone, 1978, p.10).

Postone procura esclarecer que, em Marx, o socialismo é a eliminação material do trabalho alienado, determinado em sua forma material, pelo processo de valorização. Na visão de Postone, outra forma de trabalho social e um uso reflexivo de novas tecnologias, não mais determinados pelo capital, além de compreender a superação do trabalho alienado, inclui a superação da relação alienada entre homem e natureza. Somente, então, a produção social não seria mais, como no capitalismo, produção pela produção, mas sim para o consumo social.

Em relação à noção de classe social, Postone afirma que a “consciência constitutiva de classe” apenas permitiu aos trabalhadores reivindicações no interior do sistema capitalista. Diferentemente, a consciência revolucionária põe em questão o próprio trabalho, o qual, então, passa a ser sentido como alienante, o que só pode acontecer uma vez que “tenha sido atingido aquele ponto em que este trabalho tenha se tomado anacrônico” e, no entanto, é mantido, “apenas por causa da necessidade do capitalismo de que o trabalho produtor de valor continue a existir” (Postone, 1978, p.19).

² O foco de Postone, diferentemente do marxismo tradicional, é no “valor” e não na “mais-valia” (que é mais-valor). Segundo ele, só se produz “mais-valia” porque antes se produz “valor” (trabalho privado que não é diretamente social). Considera central entender o modo de produzir e, para ele, a existência da exploração está presente na ideia de alienação, que se refere ao fato de o modo de produção escapar aos sujeitos que, enquanto produtores, são estranhos uns aos outros. Nessa forma de produção social os produtores não produzem associados e são indivíduos com compulsão social para produzir sempre mais, pois o que eles querem é dinheiro.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Para Postone, quando o trabalho alienado é sentido como tal, está dada a possibilidade de descontentamento e é isso que significa falar em “*caráter determinado da consciência*”. O autor nega a confusão realizada pelo marxismo tradicional, que concebeu a transição para o socialismo como uma transformação no modo de distribuição e não na produção, o que ocorreu, no seu entendimento, devido essa interpretação não ter considerado de forma adequada as categorias marxianas de crítica à economia política - tais como valor, trabalho abstrato, mercadoria e capital.

Na concepção de Postone, o que o marxismo tradicional não percebeu, é que a forma de dominação que caracteriza o capitalismo não é uma decorrência da propriedade privada dos meios de produção e da apropriação do produto excedente pelos capitalistas, mas está fundamentada na forma “*valor*” da própria riqueza. O trabalho no capitalismo molda estruturas sociais abstratas e dominadoras de homens, que não controlam sua própria atividade produtiva³; formas de dominação que colocam em contradição indivíduo e sociedade. Por isso que, para Marx, conforme esse autor, a emancipação do homem pressupõe uma nova estrutura do trabalho social.

Segundo Postone, a análise de Marx sobre o caráter dinâmico do capitalismo é também uma análise das transformações históricas da subjetividade. Considera que, sendo as formações sociais que estruturam a contraditória sociedade capitalista, pode haver espaço para surgir, como socialmente constituída, uma consciência crítica e de oposição. A interpretação da contradição marxiana é tanto “*objetiva*” como “*subjetiva*” e, no sentido indicado por Postone, uma subjetividade está sempre presente na objetividade. Compreende que uma consciência negadora do capitalismo só se tornou viável devido às mudanças objetivas das forças produtivas. É por isso que a abolição do trabalho assalariado produtor de “*valor*” é hoje uma realidade historicamente possível.

Percebe-se no autor, e o mesmo poderá ser identificado em Kurz, que a possibilidade de uma sociedade de “*livres produtores*”, “*conscientemente associados*”, não provém da mera vontade subjetiva, ou da ação política de determinada classe, mas pelo contrário, o elemento determinante é a contradição interna do próprio modelo capitalista.

Semelhante a essa abordagem, em Kurz, qualquer prática libertadora precisa destruir o trabalho abstrato, produtor de “*valor*” (forma especificamente moderna), que, na sua concepção, é a “*substância do capital*”. Segundo ele, o marxismo tradicional e o marxismo do movimento operário, não fizeram essa discussão, ignorando o conceito de trabalho abstrato que é, precisamente, o que caracteriza a produção de mercadoria e todas as outras formas de fetiches modernas.

No marxismo tradicional, conforme Kurz, a produção enquanto tal, na sua forma mercadoria, é positivada. A crítica apenas refere-se à apropriação de classe (mais-valia) e à anarquia da produção, desconhecendo que foi essa positivação do trabalho abstrato que legitimou toda noção de “*modernização recuperadora*”⁴, colocada em prática, por exemplo, pelo modelo soviético. O marxismo tradicional, ao contrário de fazer, como fez Marx, a crítica do valor como crítica radical do trabalho, ignora o trabalho abstrato enquanto lógica da produção e a priori social e procuraram entendê-lo como abstração da troca, desconsiderando que o valor e a objetividade social da mercadoria, independem da relação de troca.

³ Conforme Postone, esse modo de produzir determinado pela forma do “*valor*”, faz com que o trabalho não tenha sentido para os sujeitos, que apenas são motivados a perseguir a produção de mais “*valor*”. A lógica de produção escapa aos homens em sua totalidade.

⁴ Segundo Kurz, as teorias que legitimaram a “*modernização recuperadora*” partiram de uma ontologização burguesa do trabalho. Conforme o autor, Lukács, e até mesmo Marx, escorregaram numa equivocada transhistoricidade do trabalho. Devido essa ontologização, o marxismo tradicional não foi capaz de entender elementos fundamentais de uma teoria da crise de Marx.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Na versão de Kurz, uma humanidade dominada pelo a priori do trabalho abstrato corre o risco de destruir a si mesma. Para ele, qualquer possibilidade de transformação, no sentido de emancipação social, passa pela abolição do trabalho assalariado produtor de valor. A noção de crise, que o marxismo tradicional muitas vezes rejeitou, precisa ser pensada, para esse teórico, como uma possibilidade, objetivamente colocada, de um limite histórico absoluto ao capital, considera que a possibilidade de extinção do trabalho abstrato⁵ é o cerne da Teoria da crise de Marx.

No *Manifesto contra o trabalho*, Kurz (1999) anuncia o limite no qual chegou à sociedade dominada pelo trabalho e afirma que “a venda da mercadoria força de trabalho será no século XXI tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX”. Segundo Kurz, nem a simulação estatal de trabalho poderá alterar essa realidade, a “santidade” da sociedade moderna, aclamada por socialistas, conservadores, democratas e fascistas, está mesmo morrendo e, com ela, surge a possibilidade de extinção da abstrata racionalidade funcional da economia empresarial, que produz para além das necessidades e está separada da vida.

Na visão de Kurz, a esquerda política não está acompanhando essa realidade e continua falando em “*libertar o trabalho*”, em vez de “*libertar os homens do trabalho*”, o que hoje, em função da Terceira Revolução Industrial, que faz do trabalho algo cada vez mais supérfluo, vai se tornando uma realidade possível, fazendo com que seja fundamental, para Kurz, pensar num “*mundo para além do trabalho*”.

Kurz (2001) destaca a crítica do “*valor*” como um ponto de vista novo da crítica radical, afirmando que essa crítica é antipolítica, na medida em que a dimensão da política é um componente da crise absoluta da socialização pelo “*valor*”. A fim de pensar na superação do sistema produtor de mercadorias, pontua que é preciso superar sua forma de medição social (valor, mercadoria, dinheiro) e isso o marxismo tradicional e o movimento operário não colocaram seriamente em debate. Todas as instâncias de socialização pelo valor são oponentes institucionais da superação, como é o caso, entre outros, do aparelho de Estado e do trabalho assalariado.

Tratando sobre “*A substância do capital*” Kurz (2005) dedica um momento específico à discussão referente ao limite interno à valorização e ao que seria uma “*teoria da crise*”⁶. Teoria que, quando não rejeitada pelo marxismo tradicional, foi discutida apenas em termos de subjetividade do político, de vontade emancipatória consciente e luta dos sujeitos, tomando por base uma falsa objetividade, que não passou pela crítica da forma e da substância “*valor*” (trabalho). Ao contrário, se utilizou da ideia de uma “*revolução proletária*” como ideologia em prol do trabalho abstrato (da “*modernização recuperadora*”), prolongando, assim, o sistema da valorização.

A luta do movimento operário pelo seu reconhecimento enquanto sujeito do trabalho e de direito não ultrapassou o âmbito da sociedade burguesa do “*valor*”. Kurz nega as teorias que depositavam na esfera da política a crença na emancipação humana e acusa essa perspectiva de subjetivar as categorias da realidade. Propõe que a questão da crise e do colapso do capitalismo sejam separadas da questão da emancipação.

A emancipação só pode ser consciente; crise e colapso, pelo contrário, de acordo com seu conceito, só podem acontecer num processo inconsciente de desenvolvimentos objetivados e nada tem a ver imediatamente com o agir consciente. Daí que o capitalismo pode colapsar sem que os seres humanos se emancipem... inversamente, os seres humanos podem em princípio emancipar-se sem que o capitalismo colapse (KURZ, 2005, p.57).

⁵ Segundo Kurz, a crítica de Marx ao trabalho abstrato exprime a objetividade negativa da constituição de fetiche do “*sujeito automático*”.

⁶ O tema do colapso do capitalismo também é analisado em Kurz (1992).



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

Para Kurz, o problema central é que o capitalismo tende ao colapso, enquanto dessubstancialização ou desvalorização do valor, sendo essa *“uma legalidade sistêmica, um ‘processo automático’, enquanto os seres humanos agirem conforme a determinação da forma capitalista; mas daí não resulta jamais ‘automaticamente’ uma outra sociedade, emancipadora”* (Kurz, 2005, p.57).

Para Kurz, a questão central é pensar a mediação subjetiva da objetividade social, em vez de subjetivar essa objetividade. Todo o processo histórico coloca aos sujeitos a possibilidade de decisão e ações, mas enquanto se permanece no *“campo capitalista”*, essas ações são condicionadas por essa *“matriz”* padronizadora. Na dinâmica interna desse campo é que se desenvolvem as forças que o farão entrar em colapso, a partir da sua autocontradição. São as ações humanas que, independente de sua intelectualidade, colocam em movimento essa dinâmica de contradição autonomizada. A tendência ao colapso está dada objetivamente pelo fato de agir subjetivo ocorrer no interior do sistema do trabalho abstrato e da sua forma *“valor”*. Por isso, uma nova análise, implica a crítica da própria *“forma sujeito”* (masculino, branco e ocidental) da moderna sociedade capitalista. Conclui-se, a partir daí, que não é possível pensar a superação desse modelo societário, depositando esperanças em algum sujeito (classe) político portador do novo.

Todo esforço teórico de Kurz, como parece ter sido o de Postone, procura demonstrar a contradição interna própria do capitalismo. Tentando identificar nesse aspecto a possibilidade do colapso e superação desse modelo, procura encontrar elementos da objetividade, e não meramente da política, subjetividade e intencionalidade, que indiquem essa tendência à extinção desse modo de produção. Para ele, se se tem por propósito uma sociedade que negue o trabalho abstrato, não faz sentido glorificar o proletariado e sua atividade como fonte do novo.

A leitura proposta por Kurz e Postone sobre a abolição da forma de trabalho moderna e a superação da sociedade do capital é inovadora, abrindo uma promissora e desafiadora agenda investigativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os autores tratados aqui, Russel (2000), Gorz (1982), Antunes (1995), Offe (1989), Postone (1978, 1993) e Kurz (2005), analisam, de alguma maneira, a possibilidade de redução ou eliminação do trabalho assalariado.

Russell faz referência à redução, mas não a extinção do trabalho assalariado. Gorz estuda as possibilidades de sua abolição e entrega à esfera da política o elemento dinâmico de uma possível sociedade socialista. Antunes concorda com a possibilidade de fim do trabalho assalariado de Gorz, mas enfatiza o fato de que é a classe trabalhadora que deve ser considerada um dos principais agentes da transformação. Distanciando-se dos primeiros, Offe reconhece a retração cada vez maior do trabalho assalariado, mas ao contrário de tirar daí a possibilidade de superação do modelo societário, baseado no capital, almeja que o Estado interfira gerando novos empregos. Diferentemente, Kurz e Postone, a partir da percepção e possibilidade de eliminação do trabalho vivo, oferecem uma leitura inovadora acerca das contradições intrínsecas ao capitalismo.

Para os últimos autores, a atual possibilidade de extinção do trabalho assalariado é um elemento dado na realidade, e não poderá ser mudado. Ambos desacreditam de buscar em alguma classe o agente portador do novo, considerando que isso não passaria de uma subjetivação da realidade.

A partir da exposição de Kurz e Postone, algumas dificuldades surgem às futuras reflexões, essencialmente, o fato de que, negando às classes sociais o elemento da



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

dinâmica das transformações, esses autores relegam a segundo plano, na teoria marxiana, o conceito de *“luta de classe”*, suscitando, assim, algumas indagações:

Se a crise da sociedade capitalista está a ocorrer de forma objetiva, independente da intencionalidade dos sujeitos, qual seria, então, para esses autores, o ponto de ruptura que poderia resultar em outro modelo societário? Ao dar destaque à objetividade da realidade, não estariam dando margem a leituras estruturalistas, que desvalorizam as ações dos sujeitos? Até que ponto a ênfase que atribuem aos elementos estruturais não corre o risco de desembocar na ideia de uma certa *“mão invisível”* que movimenta os processos sociais? As análises de Kurz e Postone conseguem articular satisfatoriamente os elementos subjetivos e objetivos da realidade social? Ou, ao contrário, a dimensão estrutural se sobrepõe nas suas proposições?

A importância desses autores está justamente em oferecer uma nova crítica da realidade e, com isso, gerar novas indagações, que podem ser direcionadas até mesmo as suas próprias perguntas, cujas respostas precisam ser repensadas, devido à série de ambiguidades e novos questionamentos que suscitam.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

KURZ, Robert. **A substância do capital. O trabalho abstrato como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização**. Berlim: Horlemann Verlag, 2005.

KURZ, Robert. **Manifesto contra o trabalho**. Grupo Krisis, 1999.

KURZ, Robert; LOHOFF, Ernst. O que é crítica do valor? Entrevista. In: **Revista Marburg Vírus**, 2001.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

OFFE, Clauss. **Trabalho e sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

POSTONE, Moishe. Necessidade, tempo e trabalho: Uma reinterpretação da crítica marxiana ao capitalismo. In: **Social Research** 45 (Winter 1978), p 739-788.

POSTONE, Moishe. Repensando a crítica de Marx ao capitalismo. In: **Time, Labor and Social domination. A reinterpretation of Marx's critical Theory**. Cambridge University Press, 1993.

RUSSELL, Bertrand. **O elogio do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.